DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, quarta-feira, 23 de outubro de 1974 — ANO VII - Nº. 163

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO Nº 2.746 DE 21 DE OUTUBRO DE 1 974

Abre crédito suplementar no valor de CR$ ..... 97.211.779,00 (noventa e sete milhões, duzentos e onze mil, setecentos e setenta e nove cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5.978, de 12 de dezembro de 1 973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Finanças do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de CR$ 97.211.779,00 (noventa e sete milhões, duzentos e onze mil, setecentos e setenta e nove cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.2.0.0 - INVERSÕES FINANCEIRAS
4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras 97.211.779,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da Secretaria do Governo:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência 97.211.779,00

Art. 3º - O valor de que trata o presente Decreto integrará o Projeto SEF - 1.008 - Financiamento a Programa de Desenvolvimento, Programa 01 - Administração, Subprograma 08 - Planejamento e Organização e será deduzido da Atividade SEB - 2.005 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo, Programa 01 - Administração e Subprograma 08 - Planejamento e Organização.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de outubro de 1 974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA — FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 2.747 DE OUTUBRO DE 1 974

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ ..... 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5.978, de 12 de dezembro de 1 973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Finanças do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de Cr$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.2.0.0 - INVERSÕES FINANCEIRAS
4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras 7.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da Secretaria do Governo:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência 7.000.000,00

Art. 3º - O valor de que trata o presente Decreto integrará o Projeto SEF 1N.070 - Financiamento a Programas de Habitação Popular - FUNAPP, Programa 11 - Habitação e Planejamento Urbano, Subprograma 01 - Administração e será deduzido da Atividade SEB/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo, Programa 01 - Administração e Subprograma 08 - Planejamento e Organização.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de outubro de 1 974
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA — FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 2.748 DE 21 DE OUTUBRO DE 1974

Abre crédito suplementar no valor Cr$ 1.093.700,00 (Hum milhão, noventa e três mil e setecentos cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5.978, de 12 de dezembro de 1 973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cr$. 1.093.700,00 (Hum milhão, noventa e três mil e setecentos cruzeiros) nas dotações que especifica, das Unidades Orçamentárias abaixo discriminadas:

DEPARTAMENTO DE TURISMO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.4.0 - Encargos Diversos 8.000,00

SECRETARIA DO GOVERNO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.2.0 - Material de Consumo 155.000,00
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações 25.000,00
4.1.4.0 - Material Permanente 380.000,00

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 60.000,00
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.1.0 - Obras Públicas 465.700,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, itens III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial, em igual valor, de dotações orçamentárias das seguintes unidades:

SECRETARIA DO GOVERNO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 560.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência 133.700,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.1.0 - Obras Públicas 400.000,00

Art. 3º - Os valores de que trata o artigo 2º, serão deduzidos das seguintes Atividade e Projeto:

PROGRAMA 01 - ADMINISTRAÇÃO
SUBPROGRAMA 08 - Planejamento e Organização
SEG 2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo 693.700,00

PROGRAMA 11 - HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO
SUBPROGRAMA 05 - Planos Específicos
SSP 1.065 - Complementação das Obras de Passagem de Nível 400.000,00

Art. 4º - Os valores de que trata o artigo 1º, integrarão as seguintes Atividades e Projeto:

PROGRAMA 01 - ADMINISTRAÇÃO
SUBPROGRAMA 01 - Administração
TUR 2.002 - Manutenção das Atividades do Departamento de Turismo 8.000,00

SUBPROGRAMA 08 - Planejamento e Organização
SEG 2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo 560.000,00

PROGRAMA 16 - TRANSPORTES
SUBPROGRAMA 01 - Administração
AERB 2.040 - Manutenção das Atividades da Administração da Estação Rodoviária de Brasília ... 525.700,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de outubro de 1 974.
86º da República e 15º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 2.749 DE 21 DE OUTUBRO DE 1 974.

Abre crédito suplementar no valor de CR$ ..... 5.151.000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta e um mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5.978, de 12 de dezembro de 1 973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de CR$ 5.151.000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta e um mil cruzeiros) nas dotações que especifica, das Unidades Orçamentárias abaixo discriminadas:

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 100.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA II GAMA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 110.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA III TAGUATINGA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 201.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA IV BRAZLÂNDIA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 50.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA V SOBRADINHO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 70.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA VI PLANALTINA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 70.000,00

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 250.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 4.300.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, itens III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da Secretaria do Governo:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência... 5.151.000,00

Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto serão deduzidos da Atividade SEG/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo, Programa 01 - Administração, Subprograma 08 - Planejamento e Organização, e integrarão as seguintes Atividades:

PROGRAMA 10 - ENERGIA
Subprograma 06 - Distribuição
RA 2.043 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante 100.000,00
RA 2.045 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública da Região Administrativa do Gama 110.000,00
RA 2.046 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública da Região Administrativa de Taguatinga 201.000,00
RA 2.047 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública da Região Administrativa de Brazlândia 50.000,00
RA 2.048 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública da Região Administrativa de Sobradinho 70.000,00
RA 2.049 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública da Região Administrativa de Planaltina 70.000,00
RA 2.042 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública no Setor Residencial Indústria e Abastecimento 250.000,00
SSP 2.034 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública .. 4.300.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de outubro de 1 974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SERÉJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALEN

DECRETO Nº 2.750 DE 21 DE OUTUBRO DE 1 974

Abre crédito suplementar no valor de CR$.069.750,00 (cinco milhões, sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL No uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5.978, de 12 de dezembro de 1 973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de CR$.... 5.069.750,00 (cinco milhões, sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) nas dotações que especifica, das Unidades Orçamentárias abaixo discriminadas:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - INVESTIMENTOS
4.1.1.0 - Obras Públicas 257.750,00

PROCURADORIA GERAL

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 635.000,00

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - INVESTIMENTOS
4.1.1.0 - Obras Públicas 50.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 350.000,00

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.2.0 - Material de Consumo 796.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 11.000,00

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.2.0 - Material de Consumo 1.050.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 100.000,00
3.1.4.0 - Encargos Diversos 20.000,00
3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores 300.000,00

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.2.0 - Material de Consumo 650.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 350.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º,item III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da Secretaria do Governo:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência 5.069.750,00

Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto serão deduzidos da Atividade SEG/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo, Programa 01 - Administração, Subprograma 08 - Planejamento e Organização e integrarão as Atividades e o Projeto seguintes:

PROGRAMA 01 - Administração
Subprograma 01 - Administração
PRG 2.004 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral 635.000,00
PROGRAMA 03 - Assistência e Previdência
Subprograma 01 - Administração
SSS 2.021 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais 350.000,00
PROGRAMA 08 - Defesa e Segurança
Subprograma 12 - Segurança Pública
SSP 2.025 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Segurança Pública 1.970.000,00
CBDF 2.027 - Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal 1.000.000,00
PROGRAMA 09 - Educação
Subprograma 01 - Administração
DEFER 2.008 - Manutenção das Atividades do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação 257.750,00
PROGRAMA 11 - Habitação e Planejamento Urbano
Subprograma 04 - Planos Gerais
RA 1.033 - Obras e Melhoramentos na Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante 50.000,00
PROGRAMA 15 - Saúde e Saneamento
Subprograma 11 - Saneamento Geral
SLU 2.039 - Manutenção das Atividades do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana 807.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de Outubro de 1 974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUAMAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 2.751 DE 21 DE OUTUBRO DE 1 974.

Abre crédito suplementar no valor de CR$ ..... 533.310,00 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e dez cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5 978, de 12 de dezembro de 1 973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Finanças do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de CR$ 533.310,00 (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e dez cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - INVESTIMENTOS
4.1.6.0 - Participação em Constituição ou aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas 533.310,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da Secretaria do Governo:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva de Contingência.. 533.310,00

Art. 3º - O valor de que trata o presente Decreto integrará a Atividade SEF/2.017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças, Programa 01 - Administração, Subprograma 07 - Administração Fiscal e Financeira e será deduzido da Atividade SEG/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo, Programa 01 - Administração e Subprograma 08 - Planejamento e Organização.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de Outubro de 1974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUAMAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº. 2.752 DE 21 DE OUTUBRO DE 1974

Altera valores de Projetos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o item II do art. 20 da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1 960 e o que consta no Processo nº 068 172/74,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados, na forma do quadro anexo, os valores dos Projetos FHDF - 1.043 - Ampliação da Unidade de Profilaxia da Raiva e FHDF - 1.045 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares.

Parágrafo Único - A alteração de que trata o presente Decreto refere-se ao elemento de Despesa 4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 21 de Outubro de 1 974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 2.752 DE 21 DE OUTUBRO DE 1 974.

SECRETARIA DE SAÚDE

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
PROGRAMA 15 - SAÚDE E SANEAMENTO		
SUBPROGRAMA 04 - Assistência Médico-Sanitária Geral		
FHDF-1.043 - Ampliação da Unidade de Profilaxia da Raiva	500.000	-
SUBPROGRAMA 05 - Assistência Hospitalar Geral		
FHDF-1.045 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares..	5.000.000	5.500.000
total	5.500.000	5.500.000

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII do Art. 20 da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no Art. 15 do Decreto "N", nº 520 de 31/08/1966.

RESOLVE:

Reconduzir como membro efetivo do Conselho Fiscal da Fundação Cultural do Distrito Federal, o Professor CARLOS ALOISIO CAMPOS JARDIM.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 03 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DIDTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do Art. 20 da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no Art. 15 do Decreto "N" nº 520, de 31 08/1966,

RESOLVE:

Reconduzir como membro efetivo do Conselho Fiscal da Fundação Cultural do Distrito Federal o Doutor AOR TAVEIRA.
Distrito Federal, 03 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 23.745/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, HYGINA MARIA ALCANTARA, do cargo de Escrevente Datilógrafo, nível 7, matrícula nº. 13.890, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artiao 20. inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 23.749/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, FRANCISCO VIEIRA NETO, do cargo de Instalador e Reparador de Linhas e Aparelhos telefônicos, nível 10, matrícula nº. 13.585, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.639/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, ANTONIO LOPES, do cargo de Técnico de Microondas, nível 14-B, matrícula nº 12.136, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.765/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, DEUSDEDIT SIMPLICIO DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Instalador e Reparador de Linhas e Aparelhos Telefônicos, nível 5, matrícula nº 13.895, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.624/74,
R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, AFONSO CELSO DE ALBUQUERQUE E SILVA, do cargo de Assessor de Administração, nível 18-B, matrícula nº 13.342, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.709/74,

R E S O L V E:
EXONERAR, a pedido, OSWALDO LACERDA SOBRINHO, do cargo de Cabista, nível 10-A, matrícila nº 13.721, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.704/74,

R E S O L V E:
EXONERAR, a pedido, RAIMUNDO FILIZOLA JORGE, do cargo de Auxiliar de Instalador e Reparador de Linhas e Aparelhos Telefônicos, nível 5, matrícula nº 13.756, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.652/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, CARLOS FERNANDES DE TOLEDO, do cargo de Escriturário, nível 8-A, matrícula nº 13.861, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.665/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, JOSÉ MARIANO LIMA, do cargo de Cabista, nível 10-A, matrícula nº 13.921, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.698/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, SAUL RODRIGUES DE OLIVEIRA, do cargo de Encarregado de Cabista, nível 13, matrícula nº 9.289, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 24.540/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, ARNALDO JOSÉ FERNANDES, do cargo de Encarregado de Cabista, nível 13, matrícula nº 13.422, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.632/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, ANTENOR BARBOSA DE ALMEIDA, do cargo de Guarda, nível 10-B, matrícula nº 13.503, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.764/74,

R E S O L V E:
EXONERAR, a pedido, DIVINO MARTINS CARDOSO, do cargo de Artífice Maquinista, nível 6, matrícula nº 13.686, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 67.806/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, DENILTON DA SILVA TEIXEIRENSE, do cargo de Escriturário nível 10—B, matrícula nº. 8.412, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 4 de outubro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 23.682/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, TASSO DOMINGUES VIEIRA, do cargo de Assessor de Administração, nível 17—A, matrícula nº. 13.891, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.629/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, ALMIRA ALVES SENA, do cargo de Telefonista, nível 6-A, matrícula nº 13.912, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.721/74,

RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, MARIA ZILMAR AIRES, do cargo de Telefonista, nível 6, matrícula nº 13.865, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 23.630/74,

RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, ALMEIDA BITTAR, do cargo de Telefonista Assistente, nível 13, matrícula nº. 13.494, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a apartir de 1º. de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 23.699/74,

RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, RUI DIAS CORREIRA, do cargo de Auxiliar de Portaria, nível 7-A, matrícula nº. 13.840, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 23.648/74.

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, ARLINDO LAURENTINO DA COSTA, do cargo de Lubrificador, nível 5, matrícula nº. 10.890, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3 751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 23 686/74,
RESOLVE:
EXONERAR,a pedido,ZEFERINO BARBOSA DE SOUZA, do cargo de Ajudante de Cabista, nível 7, matrícula nº 13.541, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Fderal, 15 de autubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.753/74,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, FRANCISCO DANTAS DOS SANTOS, do cargo de Encarregado de Instalador e Reparador de Linhas e Aparelhos Telefônicos, nível 12, matrícula nº. 13.513, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano.
Distrito Fderal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.740/74,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido JOÃO CEDRAS DE OLIVEIRA, do cargo de Pedreiro, nível 9-B, matrícula nº 13.760, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.657/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, CILAS BUENO DOS SANTOS, do cargo de Escriturário, nível 10-B, matrícula nº 8.387, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribições que lhe confere o arigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 24.538/74.
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido JORGE HENRIQUE ZEYMER, do cargo de Técnico de Microondas, nível 14-B, matrícula nº 13.554, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do, orrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.761/74,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, EDGARD GONÇALVES, do cargo de Encarregado de Cabista, nível 13 matrícula nº 13.942, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribui.ões que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril, de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.673/74,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido NAIR PRUNK, do cargo de Telefonista Encarregada, nível 11, matrícula nº 13.926, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.735/74

RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, JOSÉ BERNARDO SOBRINHO, do cargo de Cabista, nível 10-A, matrícula nº 13.768, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.742/74,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, JOACIR JOSÉ DE ALMEIDA, do cargo de Armazenista, nível 10-B, matrícula nº 13.535, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º, de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 23.621-74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, ADALBERTO MAGALHÃES FREIRE, do cargo de Escriturário, nível 8—A, matrícula nº. 3.691, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano. Distrito Federal, 15 de Outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARRSO MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.647/74
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, ARGEMIRO VIEIRA DA SILVA, do cargo de Trabzlhador, nível 1, matrícula nº 13.727, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.727/74,

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA, do cargo de Auxiliar de Artífice (Carpinteiro), nível 5, matrícula nº 13.805, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.736/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOSÉ BERNARDINO DE LIMA, do cargo de Eletricista Instalador, nível 9- B, matrícula nº 13.677, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a aprtir de 1º de setembro do corrente ano.

Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3. 751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.760/74.

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, EDUARDO GOMES DE FARIA, do Cargo de Escriturário, nível 10-B, matrícula nº. 13.954, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano.

Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.717/74.

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, MUDESTO DELFINO DE SOUZA, do cargo de Trabalhador, nível 1, matrícula nº 13.719, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.

Distrito Federal, 15 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que

lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.678/74,
.ESOLVE:
EXONERAR:, a pedido, RAIMUNDO GOMES BARRETO, do cargo de Pedreiro, nível 8-A, matrícula nº 13.757, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.75574,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, FRANCISCO ADEODATO ARAUJO, do cargo de Servente, nível 5, matrícula nº 13.715, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.761, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.754/74,

RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, FRANCISCO ALEXANDRE RODRIGUES, do cargo de Pedreiro, nível 10-C, matrícula nº 13 520, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.702/74,

RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, MARIA ROSA DA SILVA, do cargo de Telefonista, nível 6-A, matrícula nº 13.880, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 23.634/74,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, ANTONIO DOLORES DE MATTOS, do cargo de Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula nº. 14.773, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 23.65673,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, CICERO MENDES DA SILVA, do cargo de Trabalhador, nível 1, matrícula nº. 13.738, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro do corrente ano.
Distrito Federal, 15 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único, do artigo 90 da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1974, e considerando o que consta do processo nº 121.480/74,
RESOLVE:
Retificar o ato de transferência para a reserva remunerada, **ex officio**, do soldado PM, NALDIO CARVALHO BARBOSA, da Polícia Militar do Distrito Federal, constante do Decreto de 15 de maio de 1974, nos termos dos artigos 93, II a 95, I, Letra C, da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1974, para declarar que os seus proventos são constituídos do soldo integral da graduação de cabo PM e de gratificações incorporáveis a que fizer jus, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 1 156, de 12 de julho de 1950, combinado com os artigos 94, 1 e 2, 96, 1 e 137, da Lei nº 5 619, de 03 de novembro de 1970.
Distrito Federal, em 17 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único, do artigo 90 da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1974, e considerando o que consta do processo nº 121.320/74,
RESOLVE:
Retificar o ato de transferência para a reserva remunerada, **ex officio**, do Cabo PM, EUNILSON DE CASTRO E SILVA, da Polícia Militar do Distrito Federal, constante do Decreto de 22 de maio de 1974, nos termos dos artigos 93, II e 95, I, letra C, da Lei nº 6023, de 3 de janeiro de 1974, para declarar que os seus proventos são constituídos do soldo integral da graduação de Terceiro Sargento PM de gratificações incorporáveis a que fizer jus, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 1 156, de 12 de julho de 1950, combinado com os artigos 84, e 2. 96, 1, e 137, da Lei nº 5 619, de 03 de novembro de 1970.
Distrito Federal, em 17 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o prágrafo único, do artigo 90 da Lei nº 6 023, de 03 de janeiro de 1974, e considerando o que consta do processo nº 121.328/74,
RESOLVE:
Retificar o ato de transferência para a reserva remunerada, **ex officio**, do Cabo PM, JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, da Polícia Militar do Distrito Federal, constante do Decreto de 15 de maio de 1974, nos termos dos artigos 93, II e 95, I, letra K, da Lei nº 6023, de 3 de janeiro de 1974, para declarar que os seus proventos são constituídos do soldo integral da graduação de 3º Sargento PM e de gratificações incorporáveis a que fizer jus, de acordo com o artigo 1º da Lei 1 156, de 12 de julho de 1950, combinado com os artigos 94, 1 e 2, 96, 1, e 137, da Lei nº 5 619, de 03 de novembro de 1970.
Distrito Federal, em 17 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, II, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 125.009/74,
RESOLVE:
Conceder ao 2º Sargento PM EYPIGUES GOMES BARBOZA, nos termos do artigo 139, parágrafo 1º, letra B e parágrafo 2º, da Lei nº 6023, de 03 de janeiro de 1974, medalha de prata e passador do mesmo metal, instituída pelo Decreto nº 5 904, de 24 de fevereiro de 1906, alterado pelo Decreto nº 7901, de 17 de março de 1910, pelos bons serviços prestados à ordem, seguran e tranquilidade públicas.
Distrito Federal, em 17 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 17 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto do Decreto-Lei nº 9, de 25 de julho de 1966 e no Decreto "N" nº 515, de 11 de julho de 1966 e, ainda o que consta do processo nº 30 886/70,
RESOLVE:
Alterar o ato de reforma do 2º Sargento BM, PEDRO LIMA SANT'ANNA, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, constante do Decreto de 20 de outubro de 1970, para considerá-lo reformado nos termos dos artigos 146, II, 148, I e 149, II, do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto nº 41 096, de 07 de março de 1957, **ex vi** do Decreto "N" nº 515, de 11 de julho de 1966, na mesma graduação, com proventos integrais e gratificações incorporáveis a que fizer jus e diária de asilado, na forma dos artigos 146, D ' 148, da Lei nº 4328.de 30 de abril de 1964,**ex vi** do Decreto-Lei nº 792, de 27 de agosto de 1969, por ter sido julgado incapacitado definitivamente para o serviço da Corporação e para todo e qualquer trabalho, sem poder prover os meios de subsistência.
Distrito Federal, em 17 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1 960.

R E S O L V E:

dispensar, a pedido, OSWALDO FERREIRA DE OLIVEIRA FILHO, Oficial de Administração, nível 16—C, matrícula nº 11.403, da função em comissão, símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Serviços Públicos.

DISTRITO FEDERAL, 16 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS

ROMULO MARINHO

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

designar ZITELKA FIATTE, funcionária da Prefeitura Municipal de São Leopoldo - Estado do Rio Grande do Sul, à disposição do Governo do Distrito Federal, para exercer a função em comissão, símbolo FC—08, de Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Serviços Públicos.

DISTRITO FEDERAL, 16 de outubro de 1 974.

ELMO SEREJO FARIAS

ROMULO MARINHO

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do parágrafo primeiro do artigo 17, do Estatuto da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
RESOLVE:

Designar, JOSE SEVERIANO DA COSTA ANDRADE FILHO, para exercer a função de Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
Distrito Federal, 16 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
PEDRO DO CARMO DANTAS

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960.

RESOLVE:

designar AGENCIO JOSE MARIA, Armazenista, nível 10-B, matrícula nº 2324,do Quador de Pessoal do distrito Federal, para exercer a função em comissão símbolo FC-12, de Encarregado da Turma de Fiscalização de Brazlândia, da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos.
DISTRITO FEDERAL, 16 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
ROMULO MARINHO

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

designar NEWTON LAVOYER, Agente Fiscal de Tributos "A", matrícula nº 2 211, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo-FC-7, de Chefe da Seção de Postos Fiscais, do Serviço de Apoio à Fiscalização da Divisão de Fiscalização, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Dispensar, ANTONIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA, Técnico Auxiliar de Mecanização, Nível 14-B, matrícula nº 6.70, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Mecanização Contábil, da Divisão de Contabilidade, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, da Secretaria de Finanças, em virtude de sua designação para outra função.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

nomear ITAMAR JARDIM LOPES, Agente Fiscal de Tributos "B" matrícula nº 7.876, do Qudro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o cargo em comissão, de Auditor, Código DAS—102.1., da Auditoria, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20 inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar NELY BRUM DOS SANTOS, Oficial de Administração, nível 16—C, matrícula nº. 4.447, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria de Finanças.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974,

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.
RESOLVE:
dispensar, a pedido, OLIRIA ESTEVES DALLA COSTA, Técnico de Contabilidade, nível 14-B, matrícula nº 5.459, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-3, de Diretora da Divisão de Exame de Contas, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência que lhe é conferida pelo,artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 se abril de 1960,
RESOLVE:
Dispensar, ANTONIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA, Técnico Auxiliar de Mecanização, Nível 14-B, matrícula nº 6.070, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Mecanização Contábil, da Divisão de Contabili-

dade, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, da Secretaria de Finanças, em virtude de sua designação para outra função.
DISTRITO FEDERAL, em, 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNANDOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Dispensar RUY BERNARDES PEREIRA Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula nº 7.657, do Quadro Provisório de Pessoal ao Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria de Finanças, em virtude de sua designação para outra função.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Dispensar AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 9-A, matrícula nº 8.865, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Tombamento, da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordençaõ do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria de Finanças, em virtude de sua designação para outra função.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 2974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.
RESOLVE:
Nomear ITAMAR JARDIM LOPES, Agente Fiscal de Tributos "B", matrícula nº 7.876, do Quadro Permante de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o cargo em comissão, de auditor, Código DAS-102.1, da Auditoria, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Designar NELY BRUM DOS SANTOS, Oficial de Administração, nível 16-C, matrícula nº 4.447, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, e, 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Designar RUY BERNARDES PEREIRA, Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula nº 7.657, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Tombamento, da Divisão de Operações Patrimoniais, de Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria do Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.
RESOLVE:
Designar AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 9-A, matrícula nº 8.865, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-4, de Diretor da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo arigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
Designar ANTONIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA, Técnico Auxiliar de Mecanização, Nível 14-B, matrícula nº 6.070, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-3, de Diretor da Divisão de Exame de Contas, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 21.712/74,

R E S O L V E:

dispensar, a pedido, ELISEU ANTONIO BELO, Agente Fiscal de Tributos "B", matrícula nº 7.388, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC—7, de Chefe da Seção de postos Fiscais, do Serviço de Apoio à Fiscalização, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 10 DE OUTUBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº. 25.816/74,

R E S O L V E:

dispensar HASSLOCHER AMARAL, Oficial de Administração nível 16—C, matrícula nº 10.132, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC—5, de Chefe do Serviço de Contabilidade Orçamentária, da Divisão de Contabilidade, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, da Secretaria de Finanças.

DISTRITO FEDERAL, em 10 de outubro de 1974.

FERNANDO TUBINAMBA VALENTE

DECRETO DE 08 DE OUTUBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20 e artigo da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960 e de acordo com o Decreto nº 70.501, de 11 de maio de 1972,

R E S O L V E:

Reconduzir GUIDO MONDIN, na função de membro do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal, a partir de 15 de agosto de 1974.

Distrito Federal, 8 de outubro de 1 974.

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO.

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso do competência que lhe conferida pelo artigo 20, VII da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:
dispensar, a pedido, OLIRIA ESTEVES DALLA COSTA, Técnico de Contabilidade, nível 14-B, matrícula nº 5.459, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-3, de *Diretora* da Divisão de Exame de Contas, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 9-A, matrícula nº 8.865, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-4, de Diretor da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 9-A, matrícula nº 8.865, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Tombamento, da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, da Secretaria de Finanças, em virtude de sua designação para outra função.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1970,
RESOLVE:
designar RUY BERNARDES PEREIRA, Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula nº 7.657, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão , Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Tombamento, da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial da Secretaria de Finanças.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ

DECRETO DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960.
RESOLVE
dispensar RUY BERNARDES PEREIRA oficial de Aministração , nível 12-A, matrícula nº 7.657, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6 de Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial , da Secretaria de Finanças, em virtude de sua designação para outra função.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 23.850/74
INTERESSADO: ARILDA FONSECA DE SOUZA
MAT.: 4.699-SEC
ASSUNTO: PEDIDO DE EXONERAÇÃO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal formulado pela servidora ARILDA FONSECA DE SOUZA, Professora de Ensino Médio, Código MG1.02.19, matrícula nº 4.699. O requerente faltou indevidamente ao serviço por tempo superior ao permitido em Lei. Todavia, por medida de economia processual, proponho a Vossa Excelência seja concedida a exoneração, a pedido.
Brasília, 27 de setembro de 1974

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 2 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

DECRETO DE 2 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do *processo* nº 23.850/74,

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, ARILDA FONSECA DE SOUZA, do cargo de Professor de Ensino Médio, Código MGI.02.19, matrícula nº 4.699, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º de agosto do corrente ano.

Distrito Federal, 2 de Outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Processo nº 67 493/74
Interessado: EDGAR SAMPAIO DE ARAUJO
Assunto: Aviso nº 154-SP/GM do Gabinete Militar da Presidência da República requisitando o Agente Auxiliar de Polícia nível 14-A, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.
DESPACHO: AUTORIZO
Em 16.10.74
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

processo nº: 66.119/74
Interessado: RITA MARIA DE SAMPAIO CARVALHO
Mat. 3 526-SEC
ASSUNTO: READAPTAÇÃO PARA TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS:
Senhor Governador:
RITA MARIA DE SAMPAIO CARVALHO, Orientadora do Ensino Elementar, nível 16, matrícula nº 3.526, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, solicita readaptação para Técnico em Assuntos Culturais.
O cargo para o qual a funcionária pleiteia a readaptação integra categoria Funcional de Outras Atividades de Nível Superior instituida pela Lei nº 5 920, e para cujo provimento existe norma específica.
Assim, proponho seja a petição indeferida por falta de amparo legal.
Brasília, 11 de outubro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Fderal
De acordo. Indefiro.
Brasília, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 25.801/74
INTERESSADO: LAURO PINTO CARDOSO JÚNIOR - Mat. 16.070-SVO
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA-SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.
Brasília. de outubro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo.
Brasília, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 67.492/74
INTERESSADO: VALDECI NUNES DO RÊGO - Mat. 9.948-SSP
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Presidência da República)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.
Brasília, 11 de outubro de 1974
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo.
Brasília, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 68.616/74
INTERESSADO: DINOR TEIXEIRA NETO - Mat 15.823-PRG
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.
Brasília, 11 de outubro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo
Brasília, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 67.542/74
INTERESSADO: MARIA AMÉLIA DOS SANTOS - Mat. 5.960-CLT-FHDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-GABINETE CIVIL)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do inciso IV do artigo 5º do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo de seus salários.
Brasília, 11 de outubro de 1974
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo.
Brasília, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº 68.619 74
INTERESSADO: XIII CONPAT - CONGRESSO NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO
Senhor Governador:
O presidente da Comissão Executiva do XII CONPAT- CONGRESSO NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO, encaminhou, em expediente datado de 9 de setembro último, comunicação sobre a realização do Congresso acima citado, em São Paulo, no período de 27 a 31 de outubro do corrente ano.
Considerando que se trata de conclave de âmbito nacional do qual pretenderão, naturalmente, participar servidores dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal, proponho a Vossa Excelência autorizar a liberação de ponto àqueles que, comprovadamente, comparecerem ao citado Congresso.
Brasília, 11 de outubro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo.
Brasília, 15 de outubro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº 106.918/74
INTRESSADO: CLÉLIA MÁRCIA CÓRDOVA - Mat. 5.976-SES
ASSUNTO: SOLICITA SEJA TORNADA SEM EFEITO AUTORIZAÇÃO PARA AUSENTAR-SE DO PAIS.
Senhor Governador:
CLÉLIA MÁRCIA CÓRDOVA, Enfermeira, nível 21-B, matrícula nº 5.976, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, obteve autorização para cursar bolsa de estudos em Copenhague-Dinamarca, conforme publicação no "Distrito Federal" nº 136, de 5.9.74.
Através do presente processo requer a interessada seja aquela autorização tornada sem efeito, tendo em vista ter sido cancelado o referido curso.
Brasília, 11 de outubro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
De acordo. Autorizo seja tornada sem efeito a autorização constante do processo nº 106.102/74.
Brasília, 15 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

GABINETE CIVIL

ATOS DO CHEFE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

NORMAS PARA CREDENCIAMENTO DE JORNALISTAS PROFISSIONAIS

O Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, usando da atribuição que lhe confere o artigo 3º, item I, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 1844, de 10 de novembro de 1971, resolve estabelecer as seguintes normas para credenciamento de Jornalistas Profissionais no Serviço de Imprensa da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

I - Serão credenciados no Serviço de Imprensa da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Governador do Distrito Federal, os Jornalistas Profissionais que representem jornais e revistas, com circulação comprovada, bem como de estações de rádio e televisão e agências noticiosas telegráficas nacionais ou estrangeiras que mantenham serviços permanentes para órgãos de divulgação.

a) Os Órgãos de Imprensa dos Estados poderão ter representantes no Serviço de Imprensa, desde que mantenham em Brasília sucursais devidamente instaladas.

b) Poderá ser cancelada a credencial do jornalista que, por motivo injustificado, deixar de comparecer ao Serviço de Imprensa por período superior a trinta dias consecutivos.

c) Serão credenciados até 2 (dois) representantes de cada categoria profissional por Órgão de Imprensa.

Parágrafo Único - Não será permitido o credenciamento da mesma pessoa em mais de uma categoria profissional.

II - Para o credenciamento no Serviço de Imprensa da Assessoria de Comunicação Social, do Palácio do Buriti, é indispensável a apresentação, pelo Redator, de carta expedida pelo Órgão interessado, dirigida ao Assessor-Chefe, da carteira profissional assinada pelo empregador; do registro profissional no Ministério do Trabalho e, da carteira do Sindicato de Classe.

a) Para o credenciamento de fotógrafo ou cinegrafista é necessário a apresentação de carta do órgão interessado, dirigida ao Assessor-Chefe; da carteira profissional assinada pelo empregador; do registro profissional no Ministério do Trabalho ou outro Órgão competente e da carteira do Sindicato dos Jornalistas ou Associação de Classe.

b) Os pedidos de credenciamento serão encaminhados pelo Assessor-Chefe à Comissão de Credenciamento no Serviço de Imprensa para fins de processamento e encaminhamento da documentação ao Serviço de Segurança.

c) A Comissão de Credenciamento, de que trata o parágrafo anterior, será composta pelos dois jornalistas mais antigos credenciados na Assessoria e pelo Chefe do Serviço de Imprensa designado para este fim.

d) Ao ser indicado novo representante, fica automaticamente cancelada a credencial anteriormente expedida.

e) A nova credencial, porém, somente será entregue após ser recolhida a que deixou de vigorar.

III - Os jornalistas de órgãos oficiais ou de publicações periódicas, os locutores de rádio e televisão, as equipes de técnicos cinematográficos e radiofônicos, bem como os representantes de jornais e revistas estrangeiras, terão ingresso no Palácio do Buriti, mediante autorização previamente solicitada para cobertura jornalística, ao Assessor Chefe e ouvido o Serviço de Segurança do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

IV - Os órgãos de imprensa que mantiverem jornalistas credenciados no Serviço de Imprensa da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Governador do Distrito Federal, poderão solicitar, através da Assessoria de Comunicação Social, o fornecimento de cartão-permissão (dois no máximo), que possibilitará o ingresso de mensageiro no Palácio do Buriti, a fim de recolher material de seus representantes no Serviço de Imprensa.

Brasília, 18 de Outubro de 1974.

JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil
do Governador do D.F

GABINETE MILITAR

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 12 DE OUTUBRO DE 1974

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro 1967.
RESOLVE:

autorizar o Soldado BM IRNE MURILO RIBEIRO, Motorista, matrícula nº. 18.349, a viajar ao Estado de Goiás, no período de 12 a 14 de outubro do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de outubro de 1974

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 12 DE OUTUBRO DE 1974

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967

RESOLVE:

autorizar ORLANDO DA CONCEIÇAO LOPES, Agente de Segurança, matrícula nº. 17.851, a viajar ao Estado de Goiás, no período de 12 a 14 de outubro do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de outubro de 1974
GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 12 DE OUTUBRO DE 1974

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar o servidor GASTÃO MESQUITA, Motorista, matrícula nº 9.808, a viajar ao Estado de Goiás, no período de 12 a 14 de outubro do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de outubro de 1974.

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM

Chefe do Gabinete Militar.

PORTARIA DE 12 DE OUTUBRO DE 1974

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar o Soldado PM GILSON SAMPAIO SANTOS, Agente de Segurança, matrícula nº 18.276, a viajar ao Estado de Goiás, no período de 12 a 14 de outubro do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de outubro de 1974

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM

Chefe do Gabinete Militar

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 106/74
16 de outubro de 1974

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 1745, artigo 18, título III, capítulo I, inciso V, de 12 de julho de 1971,

R E S O L V E:

Designar a Senhora MARIA AUGUSTA ALMEIDA DE OLIVEIRA, para exercer o emprego em comissão de Assistente Administrativo, EC-05, da Tabela de Empregos em Comissão do Departamento de Turismo do Distrito Federal a partir de 14 e outubro do corrente ano.
Brasília, 16 de outubro de 1974.

CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

DESPACHOS
PROCESSO Nº: 0964/74-DETUR
INTERESSADO: DIVISÃO DE TURISMO
ASSUNTO: Gravação de legendas
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, do artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de majo de 1971, dispenso a licitação para a gravação das legendas relacionadas à fls. 02, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho a favor da firma CASA PRATA-LUCIANO PRATA BARBOSA, no valor de Cr$ 1 290,00 (um mil duzentos e noventa cruzeiros.)
Em 30 de setembro de 1974
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº 021298/74.
RESOLVE:

Designar MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA e RAMILTON BERNARDES PEREIRA, Assessores, Código DAS—102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processso Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido Processo.
Brasília, 10 de outubro de 1974.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração.

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O SECRTARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2 250, de 8 de maio de 1973,

RESOLVE:

DESIGNAR VITORIO ANTONIO DE SOUZA Oficial de Administração, nível 16—C, matrícula nº. 11.374, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, em seus impedimentos eventuais, o Chefe da Seção de Controle da Divisão de Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material desta Secretaria.
Brasília, 16 de outubro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração.

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973, combinado com o artigo 10, do Decreto nº 2.245, de 24 de abril de 1973,

RESOLVE:

DESIGNAR ENOCH SANTOS, Assessor, DAS-102.1, matrícula nº 8.264, para exercer a função de membro da Comissão de Eliminação de Documentos, instituído pela Portaria nº 97/73-SEA, de 29 de junho de 1973, alterada pela Portaria nº 137/74-SEA, de 12 de setembro de 1974.
Brasília, 14 de outubro de 1974

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Disrito Federal.

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973.

RESOLVE:

DESIGNAR MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, Chefe da Seção de Eliminação de Documentos, Símbolo FC-8, matícula nº 17.702, para substituir, em seus impedimentos eventuais, o Diretor da Divisão de Comunicação Administrativa, Símbolo FC-4, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa desta Secretaia.
Brasília, 14 de outubro de 1974

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
Distrito Federal

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973.

RESOLVE:

DESIGNAR JORGE CAETANO, Coordenador do Sistema de Material, matrícula nº 18.357, para substituir em seus impedimentos eventuais, o Chefe de Gabinete, Código DAS—101.2, desta Secretaria.
Brasília, 14 de outubro de 1974

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 250, de 8 de maio de 1973.

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, LEDA NASCIMENTO DE AGUIAR, Coordenadora do Sistema de Pessoal Código DAS-101.2, matrícula nº 8 300, de Substituto Eventual do Chefe de Gabinete, Código DAS-101.2, desta Secretaria.
Brasília, 14 de outubro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 11 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, do Decreto "N/" nº. 618, de 12 de junho de 1967,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto no artigo 1º. do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, atribuido ao servidor INDALÉCIO MARTINS DAL SECCHI, matrícula nº 9559, Diretor da Divisão de Administração de Próprios, Símbolo FC-3, com o percentual de 100% (cem por cento) da remuneração mensal, no valor de Cr$ 1.916,00 (Hum mil, novecentos e dezesseis cruzeiros).
Brasília, 11 de outubro de 1974

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PORTARIA DE 11 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967,

RESOLVE:
MANDAR CESSAR a aplicação do regime de tempo integral de dedicação exclusiva, previsto no artigo 1º. do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, atribuido ao servidor BENEDITO MONTEIRO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 9831, Chefe do Serviço de Tomada de Contas, Símbolo FC-6, da Divisão de Compras da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração, com percentual de 85% (oitenta e cinco por cento) da remuneração mensal, no valor de Cr$ 1.407,00 (hum mil, quatrocentos e sete cruzeiros).
Brasília, 11 de outubro de 1974.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 14.944/74
INTERESSADO: ELIZEU PAULOS DOS SANTOS
MATRICULA: 10.299/GAG
ASSUNTO: PROCESSO ESPECIAL

Aprovo o relatório da Supervisão de Processo Administativo que conclui pela ocorrência de acidente em serviço sofrido pelo servidor ELIZEU PAULO DOS SANTOS. Eletricista Instalador, nível 12-D, matrícula nº 10.299, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
À Coordenação do Sistema de Pessoal para ciência e providências pertinentes.
Brasília, 11 de outubro de 1974

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal.

Processo nº: 25 438/74
interessado: Divisão de Administração Geral
DESPACHO: Nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º. do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o inciso II, artigo 1º. do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto nº. 1718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação a favor da Companhia de Telecomunicações de Brasília-COTELB, para instalação de 36 troncos e fiações de ramais do sistema PABX, no Anexo do Palácio do Buriti, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 369.360,00 (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta cruzeiros).
Brasília, 26 de setembro de 1974
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº. 25 439/74
Interessado: Divisão de Administração de Próprios
DESPACHO: Nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º. do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 1º. inciso II do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto nº. 1718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação a favor da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇOES DE BRASILIA—COTELB, para prestação do serviço de instalação do cabo interno do PABX, no Anexo I do Palácio do Buriti, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 5.986,11 (cinco mil, novecentos e oitenta e seis cruzeiros e onze centavos).
Brasília, 26 de setembro de 1974
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 23 392/74
Interessado: ALDONIZA FARIA CARAM ZUQUIM

DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aplicação do adiantamento a ser concedido em nome da servidora ALDONIZA FARIA CARAM ZUQUIM, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 1 500,00 (um mil mil e quinhentos cruzeiros).
Brasília, 2 de setembro de 1974
JOSE ANTONIO DIAS
Secretário de Administração
Substituto

Processo nº: 25 022/74
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação a favor de DALVA GUIMARÃES e MARLY GONET MOURÃO BRANCO, para fazer face a despesas com o Programa de Formação de Técnicos em Treinamento de Pessoal, bem como autorizo a emissão dos empenhos no valor total de Cr$ 3 200,00 (três mil e duzentos cruzeirros).
Brasília, 2 de setembro de 1974
JOSE ANTONIO DIAS
Substituto

PROCESSO Nº: 24 765/74
INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da VIAÇÃO AEREA SÃO PAULO S/A - VASP, para fornecimento de passagens aéreas, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 2 000,00, (dois mil cruzeiros).
Brasília, 14 de setembro de 1974
JOSE ANTONIO DIAS
Secretário de Administração
Substituto

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

Atos do Diretor

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"
O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E :
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 4 (quatro) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº 1 735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promova o pagamento das diárias, arbitradas ao (a) seguinte (s) funcionários (s).
MAT: 18366
NOME: Nid Dutra D'Amorim
NIVEL OU SIMBOLO: DAS—101.2
UNITÁRIO: 221,40
TOTAL: 865,60
Brasília, 16 de outubro de 1 974
PAULO PETERS
Chefe da S. P. de Vantagens
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
Resumo da folha de pagamento nº 41.10/74 de SVO, referente a diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 18366
Nome : Nid Dutra D'Amorim
Cargo/função: Diretor Geral do DER—DF
Dotação orçamentária: 3.02.02.
Destino: Cuiabá - MT.
Período: 20 a 23.10.1974
Valor: Cr$ 885,60 (Oitocentos e oitenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos)
Brasília, 16 de outubro de 1974
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro
LÉDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Com fundamento nos artigos 135 e 136, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR, 6 (seis) diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto no item I, do art. 3º, do Decreto nº 1 735, de 06 de julho de 1971.
Determinar à Seção de Registro Financeiro que, mediante prévio empenho, promova o pagamento das diárias arbitradas ao (à) seguinte (s) funcionários (s).
MAT: 14355
NOME: Nizio José de Azevedo
NIVEL OU SIMBOLO: DAS-102.1
UNITÁRIO: 221,40
TOTAL: 1.328,40

MAT: 14829
NOME: Antonio Lourival Ramos Dias
NIVEL OU SIMBOLO: NS-710.6
UNITARIO: 221,40
TOTAL: 1.328,40
Brasília, 14 de outubro de 1974
PAULO PETER
Chefe da S. P. de Vantagens

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro

Resumo da folha de pagamento nº 39.10/74 de SVO, referente a diárias por afastamento da sede:
Matrícula: 14355 e 14829
Nome: Nizio José de Azevedo e Antonio Lourival Ramos Dias
Cargo/função: Assessor e o Engenheiro
Dotação orçamentária: 3.02.02.
Destino: Salvador-BA.
Período: 16 a 21.10.1974
Valor: Cr$ 2.656,00 (Dois mil e seiscentos e cinquenta e seis cruzeiros e oitenta centavos)
Brasília, 14 de outubro de 1974
ELIESSE FERREIRA ALVES
Chefe da S. de Reg. Financeiro

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Cad. Financeiro

LÉDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 10 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO, FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 25.816/74,

R E S O L V E:

Excluir do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a partir do dia 10 de outubro de 1974, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, o servidor HASSLOCHER AMARAL, matrícula nº 10.132, ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-5, de Chefe do Serviço de Contabilidade Orçamentária, da Divisão de Contabilidade, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, desta Secretaria.
DISTRITO FEDERAL, em 10 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Secretário de Finanças

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o parágrafo único, do art. 8º, do Decreto nº 1.955, de 16 de fevereiro de 1972,

R E S O L V E:

Fazer cessar os efeitos da Portaria de 28 de fevereiro de 1973, que atribuiu Gratificação de Produtividade Fiscal ao servidor ELISEU ANTONIO, matrícula nº 7.388, ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-7, de Chefe da Seção de Postos Fiscais, do Serviço de Apoio à Fiscalização, da Divisão de Fiscalização, do Departamento da Receita, desta Secretaria.
DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Dispensar NEWTON LAVOYER, Agente Fiscal de Tributos "A", matrícula nº 2.211, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, do encargo de substituto eventual do Chefe da Seção de Postos Fiscais, do Serviço de Apoio à Fiscalização, da Divisão de Fiscalização, do Departamento da Receita, desta Secretaria, em virtude de sua designação para titular da referida função.
DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o parágrafo único, do art. 8º, do Decreto nº 1.955, de 16 de fevereiro de 1972,

R E S O L V E:

Atribuir Gratificação de Produtividade Fiscal ao servidor NEWTON LAVOYER, matrícula nº 2.211, ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-7, de Chefe da Seção de Postos Fiscais, do Serviço de Apoio à Fiscalização, da Divisão de Fiscalização, do Departamento da Receita, desta Secretaria, no valor de 100% (cem por cento) do respectivo cargo.
DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 08 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 25.442/74,

R E S O L V E:

Designar OSMARINA DO NASCIMENTO GOMES, matrícula nº 8877, Chefe do Serviço de Preparo de Pagamento, Símbolo FC-5, para o encargo de substituta eventual do Diretor da Divisão de Liquidação, do Departamento da Despesa, desta Secretaria.
DISTRITO FEDERAL, 08 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Atribuir Gratificação de Produtividade Fiscal ao servidor NEWTON LAVOYER, matrícula nº 2.211, ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-7, de Chefe da Seção de Postos Fiscais, do Serviço de Apoio à Fiscalização, da Divisão de Fiscalização, do Departamento da Receita, desta Secretaria, no valor de 100% (cem por cento) do respectivo cargo.
DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que conta do processo nº 24.588/74,

R E S O L V E:

EXCLUIR, do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a que se refere o Decreto "N" nº 618 de 12 de junho de 1967, o servidor RUFINO JOSÉ DE BRITO, Motorista, nível 10—B, matrícula nº 10.412, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal,

DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 24.588/74,

R E S O L V E:

EXCLUIR, do regime de serviços extraordinário, em caráter especial, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, o servidor GENTIL PRAXEDES FERNANDES, Bombeiro Hidráulico, nível 10, matrícula nº 14.239, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 15 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 20.826/74,

R E S O L V E:

EXCLUIR do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a servidora MARIA DAS MERCÊS LEITE DE OLIVEIRA, Escriturária, nível 10—B, matrícula nº 5.346, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 15 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 25.972/74,

R E S O L V E:

DETERMINAR, nos termos do artigo 5º, do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, à servidora LENA BRANDÃO DE ALMEIDA, Oficial de Administração, nível 12—A, matrícula nº 2.161, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 24.588/74,

R E S O L V E:

DETERMINAR, nos termos do artigo 5º, do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, ao servidor NELSON ALVES DE ALBURQUERQUE, Apontador Fiscal, nível 10—B, matrícula nº 2.850, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 14 de de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 15 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 24.588/74.

R E S O L V E:

DETERMINAR, nos termos do artigo 5º, do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, ao servidor JOÃO BENEDITO DO AMARAL, Auxiliar Rural, nível 3, matrícula nº 14.150, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, em 14 de outubro de 1974.
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 15 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 20.826/74,
R E S O L V E:

DETERMINAR, nos termos do artigo 5º, do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime do serviço extraordinário, em caratér especial, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974. ao servidor MIGUEL EUGÊNIO DE OLIVEIRA, Operário Rural, nível 6, matrícula nº 12.094, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
DETERMINAR, nos termos do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, ao servidor AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, matrícula nº 8.865, Diretor da Divisão de Operações Patrimoniais, Símbolo FC-4, da Coordenação do Sistema Administrativo Patrimonial, desta Secretaria, com a gratificação no valor de Cr$ 1.735,00 (Hum mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiro), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do respectivo símbolo.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
EXCLUIR do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, o servidor AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, matrícula nº 8.865, ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Tombamento, da Divisão de Operações Patrimoniais da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974
FERNANDO TUPINANMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974
O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
Dispensar AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 9-A, matrícula nº 8.865, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do encargo de substituto eventual de Diretor da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial desta Secretaria, em virtude de sua designação para titular da referida função.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DETERMINAR, nos termos do Decreto "N" nº. 613, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974,

ao SERVIDOR ANTONIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA, matrícula nº. 6.070, Diretor da Divisão de Exame de Contas, Símbolo FC-3, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, desta Secretaria, com a gratificação no valor de Cr$ 1.820,00 (Hum mil, oitocentos e vinte cruzeiros), correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) do respectivo símbolo.

DISTRITO FEDERAL em 16 de outubro de 1974.
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
EXCLUIR do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a que se refere o Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, o servidor ANTONIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA, matrícula nº. 6.070, ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Mecanização contábil, da Divisão de Contabilidade, da Coordenação do Sistemá de Contabilidade, desta Secretaria.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.
FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
DETERMINAR, nos termos do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a publicação do regime de tempi integral e dedicação exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, ao servidor RUY BERNARDES PEREIRA, matrícula número 7.657, Chefe do Serviço de Tombamento, Símbolo FC-6, da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria, com a gratificação no valor de Cr$ 1.324,00 (Hum mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros), correspondente a 80% (oitenta por cento) do respectivo símbolo.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
EXCLUIR do regime de tempo integral a dedicação exclusiva, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, o servidor RUY BERNADES PEREIRA, matrícula nº 7.657, ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria.
DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua atribuições legais,

RESOLVE:

DETERMINAR, nos termos do Decreto "N" nº 619 de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, ao servidor RUY BERNARDES PEREIRA, matrícula número 7.657, Chefe do Serviço de Tombamento, Símbolo FC—6, da Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria, com a gratificação no valor de Cr 1.324,00 (Hum mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros), correspondente a 80% (oitenta por cento) do respectivo símbolo.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DETERMINAR, nos termos do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de tempo integral de dedicação exclusiva, a partir da publicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, à servidora NELY BRUM DOS SANTOS, Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, Símbolo FC—6, da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria com a gratificação no valor de Cr 1.324,00 (Hum mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros), correspondente a 80% (oitenta por cento) do respectivo símbolo.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE.

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

EXCLUIR do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a servidora OLIRIA ESTEVES DALLA COSTA, matrícula nº 5.459: ocupante da Função em Comissão, Símbolo FC-13, de Diretora da Divisão de Exame de Contas, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, desta Secretaria.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 16 DOUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

designar OLIRIA ESTEVES DALLA COSTA, Técnico de Contabilídade, nível 14-B, matrícula nº 5.459, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Assessor, Código DAS-102.1 JOSE ALVARENGA, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, desta Secretaria, durante suas férias regulamentares, no período de 7 de outubro a 5 de novembro de 1974.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DETERMINAR, nos termos do Decreto nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do regime de tempo integral de dedicação exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria, até 31 de dezembro de 1974, à servidora NELY BRUM DOS SANTOS, Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, Símbolo FC-6, da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria, com a gratificação no valor de 1.324,000 (Hum mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros), correspondente a 80% (oitenta por cento) do respectivo símbolo.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 25.065/74,

RESOLVE:

dispensar ALMIR VIEIRA PASSOS, matrícula nº 11.078, Chefe da Seção de Recebimento de Material, Símbolo FC-7, do Almoxarifado Central, da Coordenação do Sistema de Material, da Secretaria de Administração, da Função de Membro da Comissão Permanente de Baixa de Material, a que se refere o parágrafo 1º, do artigo 8º, do Decreto "N" nº 557, de 14 de dezembro de 1966, para a qual foi designado pela Portaria de 6 de dezembro de 1967.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 25.065/74.

RESOLVE:

dispensar o Diretor da Divisão de Registro e Controle, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria, da Função de Membro da Comissão Permanente de Baixa de Material, a que se refere o parágrafo 1º, do artigo 8º, do Decreto "N" nº 557, de 14 de dezembro de 1966, para a qual foi designado pela Portaria de 28 de abril de 1970, na qualidade de seu Presidente.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

PORTARIA DE 16 DE OUTUBRO DE 1974

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 8º, do Decreto "N" nº 557, de 14 de dezembro de 1966, e que consta do processo nº 25.065/74,

RESOLVE:

designar o Diretor da Divisão de Operações Patrimoniais, o Chefe do Serviço de Fiscalização e a Chefe do Serviço de Cadastro de Móveis e Semoventes, todos da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão Permanente de Baixa de Bens Patrimoniais, a que se refere o parágrafo 1º, do artigo 8º, do Decreto "N", nº 557, de 14 de dezembro de 1966.

DISTRITO FEDERAL, em 16 de outubro de 1974.

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Recurso "ex officio" nº 346/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: José Rodrigues Mendes

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância, proferindo decisão parcialmente contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício, nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Devidamente notificada, a firma autuada deixou transcorrer "in albis" o prazo para oferecimento de recurso voluntário.
Recebo o recurso "ex officio.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 18 de setembro de 1974.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS

Recurso Voluntário nº 349/74
Recorrente: Dova S/A - Materiais de Construções.
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Dova S/A. - Materiais para Construções, não se resignando com a sentença da Primeira Instância prolatada no processo nº 011.597/74, pertinente ao auto da infração nº 28.765/74, interpôs recurso a esta egrégia Junta em 17 de junho de 1974, consoante atesta o Sr. Chefe do Serviço de Apoio à Fiscalização, a fls. 19.
"Intempestivo" é o recurso pois, sendo notificado da decisão condenatória em 21 de maio de 1974 (terça feira), conforme recibo de fls. 16, o prazo recursal começou a fluir no dia seguinte, 22 de maio de 1974 (quarta feira), expirando-se no dia 10 de junho de 1974 (segunda feira), nos termos do disposto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Assim, no uso das atribuições que me são conferidas no art. 23, inciso XIX, do mesmo Regimento Interno, nego recebimento ao recurso.
Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 1974.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso "ex officio" nº 357/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Madereira Nacional S/A.

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância, proferindo decisão parcialmente contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.

Decidamente notificada, a firma autuada deixou transcorrer "in albis" o prazo para oferecimento do recurso voluntário.
Recebo o recurso "ex officio".
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.

ublique-se e distribua-se.

Brasília, 18 de setembro de 1974.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 360/74
Recorrente: Khalil Abboud Ali Ahmad
Recorrido: Departamento de Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A firma individual Khalil Ali Ahmad, não se conformando com a sentença de Primeira Instância prolatada no processo nº 21.450/72, pertinente ao auto de infração nº 28.017/72, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 27 de junho de 1974, consoante atesta o Agente Fiscal Hélvio Ferraz Léda a fls. 15.
Recurso tempestivo, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 6 de junho de 1974, conforme se vê do Aviso de Recebimento da ECT., de fls. 13, observando-se, portanto, haver a firma autuada exercitado o seu direito dentro do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno desta Corte (20 dias).

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Publique-se Distribua-se.

Brasília, 20 de setembro de 1974.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

CONTRATOS E CONVÊNIOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Secundário
PROJETO	205 | O.Subset.Industriais
RECURSOS	203 | NORAL

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/17
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Mecânica de Suspensão e Alinhamento de Rodas			CÓDIGO: 2855
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Máquinas e Veículos	CÓDIGO: 12	TIPO DA ENTIDADE: O.Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Paulo Pedeira			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinamento em Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: C/Serie Extódica	CÓDIGO: 04	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 80
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª, 4ª, 6ª e sabado		HORÁRIO DO CURSO: 20 às 23 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: Janeiro/75	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: abril/75	TOTAL DE HORAS: 80	TOTAL DE TREINADOS: 16
PROJETO: O.Subset.Industriais	CÓDIGO: 205	FONTE DE RECURSOS: NORAL	CÓDIGO: 203

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 2.324,00 (dois mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros.-.-.-) conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 4.1.2.0/NORAL do Projeto n.º 0903.2013.003- Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 69 de 19/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.280,00
MATERIAL DE CONSUMO	276,00
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	768,00
	-
	-
TOTAL	2.324,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 17 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
EMBAIXADOR WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Secundário
PROJETO	205 | O.Subset.Industriais
RECURSOS	203 | NORAL

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/16
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Eletricista de Autos			CÓDIGO: 2943
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Eletricidade e Eletrônica	CÓDIGO: 13	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Adelpho Duarte Brandão			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: C/Serie Extódica	CÓDIGO: 04	TOTAL DE TURMAS: 02	HORAS POR TURMA: 80
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 3ª, 5ª e sabados		HORÁRIO DO CURSO: 19:30 às 22:30 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: Janeiro/75	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: abril/75	TOTAL DE HORAS: 160	TOTAL DE TREINADOS: 32
PROJETO: O.Subset.Industriais	CÓDIGO: 205	FONTE DE RECURSOS: NORAL	CÓDIGO: 203

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 3.860,00 (três mil, oitocentos e sessenta cruzeiros.-.-.-.-), conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 4.1.2.0-NORAL do Projeto n.º 0903.2013.003- Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 69 de 19/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	2.560,00
MATERIAL DE CONSUMO	532,00
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	768,00
	-
	-
TOTAL	3.860,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 17 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
EMBAIXADOR WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Secundário
PROJETO	205 | O.Subset.Industriais
RECURSOS	203 | NORAL

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/15
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Mecânica de Câmbio e Diferencial			CÓDIGO:
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Máquinas e Veículos	CÓDIGO: 12	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Dinaldo Batista de Araujo			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Trein. em Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: Apostilas	CÓDIGO: 02	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 80
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª, 4ª, 6ª e sabado		HORÁRIO DO CURSO: 20h00 às 23:00 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: Jan/75	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: abril/75	TOTAL DE HORAS: 80	TOTAL DE TREINADOS: 16
PROJETO: O.Subset.Industriais	CÓDIGO: 205	FONTE DE RECURSOS: NORAL	CÓDIGO: 203

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 1.556,00 (hum mil, quinhentos e cinquenta e seis cruzeiros..) conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 4.1.2.0/NORAL do Projeto n.º0903.2013.003- Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 69 de 19/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.280,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	276,00
	-
	-
TOTAL	1.556,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema, mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VII

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VIII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA IX

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 17 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
EMBAIXADOR WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Terciário
PROJETO	304 | Saúde
RECURSOS	101 | PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/13
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Aux. Téc. de Laboratório de Análises Clínicas (1ª Fase)			CÓDIGO: 4554
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Saúde	CÓDIGO: 23	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Auxiliares Técnicos	CÓDIGO: 04
NOME DO INSTRUTOR: Humberto Jorge de Paula (Dr.)			CÓDIGO: 23
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam. ao Local de Trabalho	CÓDIGO: 01
MATERIAL DIDÁTICO: Apostilas	CÓDIGO: 02	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 240
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª a 6ª		HORÁRIO DO CURSO: 14 às 18 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: setembro/74	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: março/75	TOTAL DE HORAS: 240	TOTAL DE TREINADOS: 24
PROJETO: Saúde	CÓDIGO: 304	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 101

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 5.406,00 (cinco mil, quatrocentos e seis cruzeiros.-.-.-.-.-.-) conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-03/NORAL do Projeto n.º0903.2013.003- Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 67 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	4.800,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	606,00
	-
	-
TOTAL	5.406,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLAUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Terciário
PROJETO	302 Administração
RECURSOS	101 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/12
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Prático de Escritório			CÓDIGO: 4741
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Administração / CÓDIGO: 25		TIPO DA ENTIDADE: Outras Organiz. Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação / CÓDIGO: 11		NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Edmir Benedicto Antunes			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal / CÓDIGO: 361		LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam. em Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: C/Apostilas / CÓDIGO: 02		TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 100
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª, 3ª, 5ª e sabado		HORÁRIO DO CURSO: 19:30 às 22:30 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: outubro/74 / TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: janeiro/75		TOTAL DE HORAS: 100	TOTAL DE TREINADOS: 25
PROJETO: Administração / CÓDIGO: 302		FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 101

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 2.180,00 (dois mil, cento e oitenta cruzeiros.-.-.-.-.-.-.-.-.-.), conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/OST do Projeto n.º 0903.2013.003-08 Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 67 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.800,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	380,00
	-
	-
TOTAL	2.180,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Secundário
PROJETO	205 Outros Subset. Industriais
RECURSOS	103 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/11
ENDEREÇO: Anexo do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Eletricidade Básica			CÓDIGO
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Eletricidade e Eletrônica / CÓDIGO: 13		TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação / CÓDIGO: 11		NÍVEL FUNCIONAL: Trab. Semi-Qualificados	CÓDIGO: 01
NOME DO INSTRUTOR: Adolpho Duarte Brandão			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal / CÓDIGO: 361		LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam.em Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: Apostilas / CÓDIGO: 02		TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 120
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 3ª, 5ªs e Sábados		HORÁRIO DO CURSO: 19:30h às 22:30h	
INÍCIO DA 1a. TURMA: janeiro/75 / TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: maio/75		TOTAL DE HORAS: 480	TOTAL DE TREINADOS: 88
PROJETO: Outros Subset.Industriais / CÓDIGO: 205		FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 103

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 12.464,00 (Doze mil,quatrocentos e sessenta e quatro cruz. conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2/OST do Projeto n.º 0903.2013.003-08 Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 197 sob o empenho n.º 66 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	7.680,00
MATERIAL DE CONSUMO	2.292,00
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	2.492,00
	-
	-
TOTAL	12.464,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Secundário
PROJETO	205 Outros Subset. Industriais
RECURSOS	103 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/10
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti, 6º and.	CIDADE: Brasília		TELEFONE: -
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: MECÂNIDA DE AUTOS (Coral)			CÓDIGO: [illegible]
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Máquinas e Veículos / CÓDIGO: 12		TIPO DA ENTIDADE: Outras Organiz. Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação / CÓDIGO: 11		NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Mineo Tanaka			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal / CÓDIGO: 361		LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam.em Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: C/Séria Metódica / CÓDIGO: 04		TOTAL DE TURMAS: 02	HORAS POR TURMA: 120
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª, 4ª e 6ªs. feiras		HORÁRIO DO CURSO: 20:00 as 23:00h	
INÍCIO DA 1a. TURMA: Janeiro de 1975 / TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: maio de 1975		TOTAL DE HORAS: 240	TOTAL DE TREINADOS: 44
PROJETO: Outros Subs. Industriais / CÓDIGO: 205		FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 103

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 6.232,00 (Seis mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros.x-x-, conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2/08-OST do Projeto n.º 0903.2013.003-08 Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	3.840,00
MATERIAL DE CONSUMO	1.146,00
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	1.246,00
	-
	-
TOTAL	6.232,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Terciário
PROJETO	304 Saúde
RECURSOS	102 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/09
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Aux.Téc. de Laboratório de Análise Clínicas (1ª fase)			CÓDIGO: 4554
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Saúde / CÓDIGO: 23		TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação / CÓDIGO: 11		NÍVEL FUNCIONAL: Auxiliares Técnicos	CÓDIGO: 04
NOME DO INSTRUTOR: Antonio Carlilio Holanda Lago Laveor (Dr.)			CÓDIGO: 23
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal / CÓDIGO: 361		LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam.em Local de Trabalho	CÓDIGO: 01
MATERIAL DIDÁTICO: Apostilas / CÓDIGO: 02		TOTAL DE TURMAS: 02	HORAS POR TURMA: 240
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª a 6ª feira		HORÁRIO DO CURSO: 14 às 18 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: Setembro/74 / TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: março/75		TOTAL DE HORAS: 480	TOTAL DE TREINADOS: 48
PROJETO: Saúde / CÓDIGO: 304		FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 10.812,00 (dez mil, oitocentos e doze cruzeiros.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-) conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/OST do Projeto n.º 0903.2013.003-06 Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	9.600,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	1.212,00
	-
	-
TOTAL	10.812,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Terciário
PROJETO	302 Administração
RECURSOS	102 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/05
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Datilografia			CÓDIGO: 4725
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Administração	CÓDIGO: 25	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Edilson Hertel			CÓDIGO: 12
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Trein. em Centro de Ens. Prof.	CÓDIGO: 02
MATERIAL DIDÁTICO: C/Quadro Programa	CÓDIGO: 03	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 80
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2º a sabado		HORÁRIO DO CURSO: 14 às 18 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: setembro/74	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: outubro/74	TOTAL DE HORAS: 80	TOTAL DE TREINADOS: 20
PROJETO: Administração	CÓDIGO: 302	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 1.588,00 (hum mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros...) conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/087 do Projeto n.º 0903.2013.003, Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.280,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	308,00
	-
	-
TOTAL	1.588,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Terciário
PROJETO	302 Administração
RECURSOS	102 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/06
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Datilografia			CÓDIGO: 4725
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Administração	CÓDIGO: 25	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Edilson Hertel			CÓDIGO: 12
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Trein. em Centro de Ens. Prof.	CÓDIGO: 02
MATERIAL DIDÁTICO: C/Quadro Programa	CÓDIGO: 03	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 80
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2º a sabado		HORÁRIO DO CURSO: 14 às 18 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: setembro/74	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: outubro/74	TOTAL DE HORAS: 80	TOTAL DE TREINADOS: 20
PROJETO: Administração	CÓDIGO: 302	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 3.126,00 (três mil, cento e vinte e seis cruzeiros...) conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/087 do Projeto n.º 0903.2013.003, Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	2.880,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	246,00
	-
	-
TOTAL	3.126,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste Instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Terciário
PROJETO	302 Administração
RECURSOS	102 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/07
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Datilografia e Correntista			CÓDIGO:
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Administração	CÓDIGO: 25	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Adolpho Duarte Brandão			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam. em Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: Apostila	CÓDIGO: 02	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 80
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 3ª, 5ª e sabado		HORÁRIO DO CURSO: 19:30 às 22:30 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: janeiro/75	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: fevereiro/75	TOTAL DE HORAS: 80	TOTAL DE TREINADOS: 20
PROJETO: Administração	CÓDIGO: 302	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 1.748,00 (hum mil, setecentos e quarenta e oito cruzeiros...), conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/087 do Projeto n.º 0903.2013.003, Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.440,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	308,00
	-
	-
TOTAL	1.748,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR	Terciário
PROJETO	302 Administração
RECURSOS	102 PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal			TERMO ADITIVO: 01/05
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar	CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho		CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Prático de Escritório			CÓDIGO: 4741
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Administração	CÓDIGO: 25	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organis. Públicas	CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados	CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Edmir Benedicto Antunes			CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam. em Outros Locais	CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: C/Serie Metódica	CÓDIGO: 04	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 100
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª, 4ª e 6ª e sabado		HORÁRIO DO CURSO: 19:30 às 22:30 hs.	
INÍCIO DA 1a. TURMA: outubro/74	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: janeiro/75	TOTAL DE HORAS: 100	TOTAL DE TREINADOS: 25
PROJETO: Administração	CÓDIGO: 302	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 2.180,00 (dois mil, cento e oitenta cruzeiros)..., conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/087 do Projeto n.º 0903.2013.003, Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.800,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	380,00
	-
	-
TOTAL	2.180,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR		Secundário
PROJETO	205	O.Subset.Industriais
RECURSOS	102	PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal				TERMO ADITIVO: 01/04
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar		CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho			CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Eletricista de Autos				CÓDIGO: 2943
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Eletricidade e Eletrônica	CÓDIGO: 13	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas		CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados		CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Adolpho Duarte Brandão				CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam. em Outros Locais		CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: C/Serie Metódica	CÓDIGO: 04	TOTAL DE TURMAS: 02	HORAS POR TURMA: 80	
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 3ª, 5ª e sabado		HORÁRIO DO CURSO: 19:30 às 22:30 hs.		
INÍCIO DA 1a. TURMA: Janeiro/75	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: abril/75	TOTAL DE HORAS: 160	TOTAL DE TREINADOS: 32	
PROJETO: Outros Subset.Industriais	CÓDIGO: 205	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102	

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 3.092,00 (três mil, noventa e dois cruzeiros.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-), conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/03T do Projeto n.º 0903.2013.003-06 Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	2.560,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	532,00
	-
	-
TOTAL	3.092,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a

relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR		Secundário
PROJETO	205	O.Subset.Industriais
RECURSOS	102	PIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: Fundação Educacional do Distrito Federal				TERMO ADITIVO: 01/03
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 6º andar		CIDADE: Brasília		TELEFONE
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir Amaral Murtinho			CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: Mecânico de Cúbio e Diferencial				CÓDIGO
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Máquinas e Veículos	CÓDIGO: 12	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organizações Públicas		CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados		CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Dinaldo Batista de Araujo				CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinam. em Outros Locais		CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: Apostila	CÓDIGO: 02	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 80	
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª, 4ª e 6ª		HORÁRIO DO CURSO: 20 às 23 hs.		
INÍCIO DA 1a. TURMA: janeiro/75	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: abril/75	TOTAL DE HORAS: 80	TOTAL DE TREINADOS: 16	
PROJETO: Outros Subset.Industriais	CÓDIGO: 205	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102	

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 1.556,00 (hum mil, quinhentos e cinquenta e seis cruzeiros.-), conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2-08/03T do Projeto n.º 0903.2013.003-06 Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.280,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	276,00
	-
	-
TOTAL	1.556,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPLETIVO
PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
GT DA COMISSÃO ESTADUAL DO DISTRITO FEDERAL

SETOR		Secundário
PROJETO	205	O.Subset.Industriais
RECURSOS	102	FIPMO

TERMO ADITIVO

NOME DA ENTIDADE EXECUTORA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				TERMO ADITIVO: 01/01
ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti, 6º and.		CIDADE: Brasília		TELEFONE: -
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho			CARGO: Presidente	
NOME DO CURSO: MECÂNICA DE AUTOS (Geral)				CÓDIGO: 2851
GRUPO DA OCUPAÇÃO: Máquinas e Veículos	CÓDIGO: 12	TIPO DA ENTIDADE: Outras Organiz. Públicas		CÓDIGO: 17
OBJETIVO DO CURSO: Formação	CÓDIGO: 11	NÍVEL FUNCIONAL: Trabalhadores Qualificados		CÓDIGO: 02
NOME DO INSTRUTOR: Mineo Tanaka				CÓDIGO: 31
MICRO-REGIÃO: Distrito Federal	CÓDIGO: 361	LOCAL DO TREINAMENTO: Treinamento em Outros Locais		CÓDIGO: 03
MATERIAL DIDÁTICO: C/Série Metódica Adaptada	CÓDIGO: 05	TOTAL DE TURMAS: 01	HORAS POR TURMA: 120	
DIAS LETIVOS DA SEMANA: 2ª, 4ª e 6ª Feiras		HORÁRIO DO CURSO: 20:00 às 23:00h		
INÍCIO DA 1a. TURMA: Janeiro de 1975	TÉRM. DA ÚLTIMA TURMA: maio de 1975	TOTAL DE HORAS: 120	TOTAL DE TREINADOS: 22	
PROJETO: Outros Subs. Industriais	CÓDIGO: 205	FONTE DE RECURSOS: PIPMO	CÓDIGO: 102	

CLÁUSULA I

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, no valor total de Cr$ 2.324,00 (Dois mil, Trezentos e vinte e quatro cruzeiros.x.x.x conforme discriminação abaixo, correrão à conta do elemento de despesa 3.2.7.2/08/03T do Projeto n.º 090321013.023-00 Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — Orçamento Analítico de 1974, sob o empenho n.º 65 de 10/09/74

DISCRIMINAÇÃO	VALOR Cr$
DOCENTES	1.920,00
MATERIAL DE CONSUMO	-
MATERIAL DIDÁTICO	-
ADMINISTRAÇÃO	404,00
	-
	-
TOTAL	2.324,00

PARCELAS	DATAS DE PAGAMENTO	VALOR - Cr$
1a.		
2a.		
3a.		
4a.		
5a.		
6a.		
TOTAL		

CLÁUSULA II

O PIPMO se reserva o direito de exigir a imediata devolução do material didático e das despesas pagas, no caso de denúncia do presente Termo Aditivo, bem como em proporção ao trabalho realizado, no caso de inadimplemento parcial das obrigações assumidas pela Entidade Executora.

CLÁUSULA III

A Entidade Executora se obriga a manter o curso dentro do esquema mencionado no preâmbulo deste instrumento, bem como o programa do curso, aprovado pelas entidades signatárias do presente Termo Aditivo, contendo a descrição sumária do mesmo.

CLÁUSULA IV

A Entidade Executora se obriga a fornecer à Comissão Estadual do Distrito Federal, quando da realização de cursos para os quais não exista programação preparada pelo PIPMO, a programação prevista e três exemplares do material didático preparado para o curso.

CLÁUSULA V

A Entidade Executora se obriga a apresentar ao PIPMO, até cinco dias após o início do curso, a relação dos alunos matriculados. O relatório do desenvolvimento do curso, especificando movimento estatístico dos treinandos, municípios atingidos, objetivos alcançados e outros resultados, incluindo a relação de concluintes, deverá ser apresentado até dez dias após o término do curso.

CLÁUSULA VI

A Entidade Executora providenciará em tempo hábil a aquisição do material de ensino, de consumo e o equipamento necessário ao funcionamento do curso, obrigando-se a apresentar à Comissão Estadual do Distrito Federal, até dez dias após o término do curso, a Prestação de Contas, nos modelos fornecidos pelo PIPMO. Havendo saldo de recursos deverá ser devolvido em cheque nominal, a favor do MEC-DSU-PIPMO-Comissão Estadual do Distrito Federal.

CLÁUSULA VII

A aplicação dos recursos destinados à aquisição de material didático e de consumo obedecerá às necessidades dos cursos e ao disposto no Título III das Normas Relativas à Licitação para Compras, Obras, Serviços e Alienações do Decreto-Lei n.º 200, de 25.02.67, e demais instruções vigentes.

CLÁUSULA VIII

O pagamento das despesas de qualquer natureza, relativas à manutenção dos cursos, inclusive salários de docentes e administração, será precedido pela Entidade Executora a que se obriga a efetuar os recolhimentos cabíveis à Previdência Social e ao Imposto de Renda, podendo deduzi-las do numerário previsto na Cláusula I, anexando os comprovantes de recolhimento à respectiva Prestação de Contas.

CLÁUSULA IX

A Entidade Executora fica sujeita a eventuais fiscalizações do Tribunal de Contas da União sobre a destinação dos valores recebidos do PIPMO.

CLÁUSULA X

A Entidade Executora se obriga a destacar de forma explícita e clara, nas promoções escritas, radiofônicas ou televisadas efetuadas, a participação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — DSU — MEC e dos órgãos que também patrocinam a execução do curso do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA XI

Os Certificados de Conclusão, após a apresentação da respectiva Prestação de Contas, serão assinados pelo Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal ou pelo Assistente Técnico 1 desta Comissão, e pelo responsável pela Entidade Executora.

CLÁUSULA XII

O não cumprimento das cláusulas constantes deste Termo Aditivo, por qualquer das partes, motivará a denúncia do mesmo.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1974.

Gerente do Grupo-Tarefa da Comissão Estadual do Distrito Federal

Responsável pela Entidade Executora
WLADIMIR MURTINHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL E A SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA, COM O FIM ESPECÍFICO DE REALIZAR PROCESSOS SELETIVOS ATRAVÉS DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos 08 (OITO) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Secretaria de Administração, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, técnico em tributação, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Governador, expressamente exarada no Processo nº 21 439/74, e, do outro, a SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA, doravante denominada simplesmente - SHIS, neste ato representada pelo engenheiro DILSON CARLOS REHEM,brasileiro,casado,residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Convênio, com o fim específico de realizar processos seletivos, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio objetivo disciplinar a realização pelo CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO - CEST, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, de Processos Seletivos para a SHIS. CLÁUSULA SEGUNDA- Na realização dos processos Seletivos o CEST executará seu planejamento, a inscrição de candidatos, aplicação, elaboração e correção de provas, bem como divulgação dos resultados. CLÁUSULA TERCEIRA - A inscrição de candidatos a processos seletivos será processada pelo CEST à vista do comprovante do recolhimento a favor da SHIS da taxa de Inscrição. CLÁUSULA QUARTA - A SHIS apresentará proposta para Processos Seletivos ao CEST, que no prazo de 10 (dez) dias, remeterá à SHIS a previsão correspondente aos recursos humanos, material e equipamento a serem utilizados e valores da Taxa de Inscrição e da Taxa de Administração do respectivo processo seletivo. CLÁUSULA QUINTA - A SHIS manifestará sua concordância com os termos da previsão apresentada no prazo de 10 (dez) dias, obrigando-se no ato da solicitação do correspondente Processo Seletivo a remeter ao CEST o material necessário mencionado e comprovar o recolhimento da Taxa de Administração efetuada através da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA SEXTA - Caberá ao CEST a responsabilidade da publicação de qualquer matéria referente aos processos seletivos de caráter público, no órgão oficial de divulgação do Distrito Federal, cabendo à SHIS a divulgação em outros veículos de comunicação. CLÁUSULA SÉTIMA - O CEST terá o prazo de 30 (trinta) dias após a solicitação de processo seletivo pela SHIS para iniciá-lo se o mesmo tiver caráter público; no caso de seleção de caráter interno o prazo será de 10 (dez) dias a contar da solicitação pela SHIS. CLÁUSULA OITAVA - Cada uma das Entidades convenentes nomeará no dia seguinte a entrada em vigor do presente instrumento o "EXECUTOR DO CONVÊNIO" que representará sua Entidade em qualquer medida a ser tomada para execução do presente Ato. CLÁUSULA NONA - Ao Diretor do CEST caberá indicar e designar os membros de Bancas Examinadoras que deverão ser compostas, obrigatoriamente, com um elemento indicado pela SHIS, conhecedor da matéria objeto da prova, bem como o local da realização do processo seletivo que poderá ser em dependência do CEST ou em outros locais de acordo com a conveniência. CLÁUSULA DÉCIMA - As despesas referentes a recursos humanos por conta da SHIS devendo seu pagamento ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias decorridos de sua apresentaçao, por seu órgão pagador, e de acordo com relação nominal e de valores enviada pelo CEST ao término do processo seletivo. CLÁUSULA DÉCIMA... PRIMEIRA - O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contado de sua publicação no "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente ajuste poderá ser renovado, aditado, prorrogado ou alterado de comum acordo entre as partes. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Na hipótese de inadimplemento das cláusulas convencionadas, ou no caso de superveniência de norma de impedimento legal ou ocorrência de força maior ou ainda caso fortuito (art. 1.058 do Código Civil Brasileiro) que impeça a execução do presente convênio será ele considerado automaticamente rescindido, responsabilizando-se o denunciante pelo cumprimento das obrigações que tiver assumido antes de sua desvinculação que deverá ser comunicada por escrito à outra parte que responderá igualmente pelas obrigações que houver assumido até a data da rescisão. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas Cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (SETE) cópias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; Pela SHIS - (as.) DILSON CARLOS REHEM; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

jos/

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 16, fls. 391/93 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 15 / 10 / 1974

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secretário de Registro de Contratos - Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO
Em,16/10/74
EMMANUEL F.MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DO TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, FIRMADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A SENHORA ANITA BARROS CRUZ, na forma abaixo.

Aos 08 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário do Governo, IVAN GUANAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Governador expressamente exarada no Processo nº 067.481/74, e, do outro, a Senhora ANITA BARROS CRUZ, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada à Quadra 02 - Conjunto "E" - Casa 18 - Sobradinho, nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de RE-RATIFICAÇÃO do Termo de Ocupação de Área para fins comerciais, situada na Feira Modelo de Sobradinho, celebrado entre as mesmas partes em 05 de junho de 1.974, lavrado às fls. 392/95, do Livro nº 18 de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, publicado no "DF" de 10 de julho de 1974, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - A cláusula Décima Quarta do Termo de Ocupação de Área para fins comerciais, situada na Feira Modelo de Sobradinho, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a Senhora ANITA BARROS CRUZ em 05 de junho de 1.974, passa a ter a seguinte redação: CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - "A vigência do presente Termo de Ocupação é de 12 (doze) meses, contados a partir de 15 de março de 1974 à 14 de março de 1975, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira". CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Termo original. CLÁUSULA TERCEIRA - o presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas do Distrito Federal. CLÁUSULA QUARTA- Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal -, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) IVAN GUANAES DE OLIVEIRA; PELA OCUPANTE: (as.) ANITA BARROS CRUZ. Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 16, fls. 396/97 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 15 / 10 / 1974

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secretário de Registro de Contratos - Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

VISTO
Em,16/10/74
EMMANUEL F.MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Superintendente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, usando da atribuiçao que lhe confere o artigo 16, parágrafo II, dos Estatutos Sociais da Empresa, convoca os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinaria, no dia 30 (trinta) de outubro de 1974, às 10.00 horas, em sua sede social, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, nesta Capital, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:
1 - Eleição do Diretor -Superintendente;
2 - Assuntos diversos.

Brasília, 21 de outubro de 1974

Engº LÚCIO GOMIDE LOURES
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES

TÁXIS NOTIFICADOS POR INFRAÇÕES DO ANEXO II DO REGULAMENTO APROVADO PELA PORTARIA Nº 024, DE 22.08.74.

PLACAS:

TX-0072 - 0141 - 0216 - 0281 - 0500 - 0622 - 0641 - 0688 - 0750 - 0785 - 0845 - 0962 - 0976 - 1224 - 1257 - 1283 - 1320 - 1329 - 1453 - 1540 - 1549 - 1714 - 1770 - 1784 - 1846 - 1937 - 2050 - 2055 - 2180 - 2203 - 2316 - 2364 - 2369 - 2443 - 2470 - 2476 - 2608 - 2740 - 2799 - 2819 e 3142.

O prazo para recolhimento das multas é de 20 (vinte) dias a contar da data da infração.

Brasília, 08 de outubro de 1974

GERALDO WAGNER
Departamento de Concessões e Permissões
Diretor

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 1,00